

Promoção da atividade física como política pública: onde estamos?

Prof. Ms Antonio Monteiro

Disciplina Prevenção para Saúde e Qualidade de Vida, CEF-FKB Itapetininga-SP

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são atualmente os principais problemas de saúde pública, tanto nos países mais desenvolvidos quanto nos ascendentes. A tendência observada é de que esse problema vem se agravando, não só devido à alta prevalência de exposição aos vários fatores de risco entre o homem moderno, como também pelo rápido crescimento da população idosa, na qual esses agravos são mais prevalentes.

Dentre esses fatores de risco, o mais prevalente é o sedentarismo que tem sido reconhecido como co-responsável pelo surgimento cada vez mais precoce de doenças como a obesidade, o diabetes, a hipertensão arterial, a osteoporose e cânceres.

Considerando que além da melhoria da qualidade de vida, a atividade física regular e moderada faz parte essencial da prevenção e controle das DCNT e que essas doenças têm forte impacto econômico sobre o custeio dos sistemas de saúde questiona-se por que as políticas públicas brasileiras têm sido tão modestas em promover de fato a prática da atividade física.

As políticas públicas até agora existentes tem se limitado a atividades de campanhas como o Dia do Desafio; Agita SP investindo em ações educativas que geralmente transferem ao indivíduo a responsabilidade sobre a decisão de ser ou não ativo.

A própria OMS (Estratégia Global em Dieta, Atividade Física e Saúde. Assembléia Mundial da Saúde – 2004) tem reconhecido que essas ações têm pouco impacto sobre as mudanças de hábitos e que o essencial é “fazer com que as escolhas saudáveis sejam as escolhas mais saudáveis para todos”.

A dificuldade para a viabilização desse processo está no fato de que essa não é uma prática específica do chamado setor saúde, mas sim uma decisão global de governo envolvendo todos setores governamentais e a sociedade.

No sentido de corrigir essas distorções questiona-se por que o profissional de educação física não está habitualmente incorporado nas equipes de saúde das unidades básicas de saúde visando orientar a população sobre atividades físicas saudáveis. Onde está o professor de educação física nessa discussão sobre atividade física e saúde como política de saúde pública?